

A adoção na perspectiva psicanalítica
Adoption: a psychoanalytic perspective

Simone Krahl¹
Rosângela Machado Moreira²
Elisandra Roldo³

RESUMO: Neste artigo, discutimos a temática da adoção numa perspectiva psicanalítica, realizando uma revisão bibliográfica de autores como, Bergman, Bleichmar, Bowlby, Freud, Levinzon, Mahler, Pine, Santos e Winnicott. Também, mostramos os impactos do abandono no desenvolvimento emocional da criança, uma vez que as primeiras inscrições deixam marcas significativas no desenvolvimento psíquico dos seres humanos e discutimos as possibilidades de reparação ou transformação dessas marcas através da adoção. Concluimos que os pais adotivos, assim como os pais biológicos, devem saber exercer uma apropriação real sobre o filho, e que é esta apropriação que vai constituir a verdadeira parentalidade. E que o desejo dos pais adotivos bem como o auxílio que eles buscam neste processo fazem parte do sucesso da adoção e, por isso, salientamos a importância dos grupos de apoio à adoção que oferecem suporte neste processo.

ABSTRACT: In this article, we discuss the adoption in a psychoanalytic perspective, reviewing several important authors, such as Bergman, Bleichmar, Bowlby, Freud, Levinzon, Mahler, Pine, Santos and Winnicott. We show the impacts of the abandonment over the emotional development of the child, since we know that the first entries leave meaningful psychic marks in the development of human beings. We also discuss the possibilities for repairing or converting these marks through adoption. We found that either adoptive parents or biological parents must practice a real ownership over the child and that this ownership is the real parenting. And we also found out that the desire of the adoptive parents and the assistance they seek for are parts of the success in the process of adoption and, because of this, we emphasize the importance of the supporting adoption groups, offering adoptive parents the necessary support during this process.

Palavras Chave: adoção, psicanálise, primeiras ligações

Keywords: adoption, psychoanalysis, first links

A temática “adoção em uma perspectiva psicanalítica” surgiu a partir de reflexões suscitadas em encontros com famílias adotivas e habilitadas à adoção, organizados através do Projeto de Extensão Universitária “Espaço Adoção”, desenvolvido na Universidade Regional Integrada – Campus de Erechim.

Nesses encontros, que objetivam trabalhar com os sentimentos e expectativas das famílias adotivas, nos deparamos com inúmeros questionamentos dos participantes sobre os impactos das primeiras *inscrições* no psiquismo das crianças. Tais questionamentos se devem ao fato dessas crianças terem sido geradas por pessoas que não queriam, não podiam ou que, pela vulnerabilidade social em que se encontram, não conseguem cuidar de seus próprios filhos e que, conseqüentemente, acabam por romper drasticamente e, em muitos casos, precocemente os vínculos iniciais do desenvolvimento.

O enfoque psicanalítico considera que as primeiras inscrições no psiquismo pueril são marcas que se situarão na criança durante toda a sua existência, ainda a mesma que seja retirada de seus progenitores muito precocemente. Contudo, essa condição não inviabiliza que novas inscrições possam dar significado e re-significar a psique infantil e, quando positivas, podem dar condição para um desenvolvimento saudável e criativo.

Na sociedade moderna, a relação mãe/bebê é muito enfatizada e tida como imperativa para avaliar um desenvolvimento infantil saudável. Segundo Winnicott (1956/1978), a mãe se constitui como a pessoa mais adequada para cuidar do seu bebê. É ela que pode atingir um estado de preocupação materna primária, fornecendo um setting no qual a constituição do bebê possa se manifestar, juntamente com suas tendências desenvolvimentais e o mesmo pode experimentar um movimento espontâneo e dominar as sensações apropriadas a esta fase inicial de vida. Esta mãe é capaz de sentir como se estivesse no lugar do bebê e, deste modo, corresponder as suas necessidades, que inicialmente são corporais e, gradualmente, tornam-se necessidades do ego, à medida que, a partir da elaboração imaginativa da experiência física surge a experiência psicológica.

No entanto, esse mesmo autor postula: “(...) Porém uma mãe adotiva, ou qualquer mulher que possa ficar doente no sentido de apresentar uma preocupação materna primária pode ser capaz de se adaptar suficientemente bem, por ter alguma capacidade de se identificar com o bebê” (p. 497). Nesse sentido, um ambiente favorável nos primórdios de vida do bebê permite que este comece a existir enquanto sujeito singular, a ter experiências,

a construir um ego pessoal, a dominar as pulsões e a enfrentar todas as dificuldades inerentes à vida.

No entanto, esse mesmo autor postula: “(...) Porém uma mãe adotiva, ou qualquer mulher que possa ficar doente no sentido de apresentar uma preocupação materna primária pode ser capaz de se adaptar suficientemente bem, por ter alguma capacidade de se identificar com o bebê” (p. 497). Nesse sentido, um ambiente favorável nos primórdios de vida do bebê permite que este comece a existir enquanto sujeito singular, a ter experiências, a construir um ego pessoal, a dominar as pulsões e a enfrentar todas as dificuldades inerentes à vida. Nesse sentido, este artigo se propõe a refletir sobre os impactos do abandono no desenvolvimento emocional da criança e as possibilidades de reparação ou transformação das marcas mnêmicas. Conforme apontamentos psicanalíticos discutidos nesse texto, as primeiras inscrições deixadas na mais tenra idade admitirão marcas mnêmicas de cheiro, textura, forma, entre outros, e mesmo que a criança passe um curto período de tempo com a mãe biológica, as primeiras vivências poderão influenciar no posterior desenvolvimento psíquico da criança. Por outro lado, a subsequente relação estabelecida entre criança e pais adotivos pode ser marcada por uma nova oportunidade de a criança estabelecer novos vínculos afetivos e esses serem reparadores de possíveis experiências traumáticas vivenciadas.

Assim, nos propomos ao longo desse artigo, apresentar a concepção de autores psicanalíticos, tais como: Bergman, Bleichmar, Bowlby, Freud, Levinzon, Mahler, Pine, Santos e Winnicott, acerca da adoção. Discutiremos inicialmente o desenvolvimento mental primitivo; após, abordaremos o rompimento das primeiras ligações, e por fim, falaremos sobre as novas ligações estabelecidas a partir da adoção.

O Desenvolvimento Mental Primitivo – Primeiras Ligações

Winnicott (1896/1971; 1945/1978) postula que elucidar o desenvolvimento primitivo do bebê, antes deste conhecer a si mesmo (e aos outros) como pessoa total que ele é (e que eles são), é vitalmente importante para o esclarecimento, inclusive no que diz respeito às psicopatologias. Na ótica do autor, a saúde mental do indivíduo é construída pela mãe – ou outras pessoas que possam estar disponíveis como figuras maternas – que,

por inclinar-se a seu filho é capaz de fazer uma adaptação ativa. Isso pressupõe a existência de um estado básico de relaxamento na mãe e uma compreensão acerca das necessidades vitais do bebê, fatores que, por sua vez, nascem da capacidade materna de se identificar com o filho. Essa relação entre mãe e criança começa antes do bebê nascer e continua, em alguns casos, através do processo do nascimento e para além dele.

Da mesma forma Bowlby (2001), que parte uma abordagem etológica, ressalta que as experiências emocionais em determinados estágios da vida mental, especialmente nos primeiros meses e anos de vida, podem produzir efeitos vitais e duradouros no psiquismo da criança. Assim, conforme Bowlby (1989, p. 31) “o destino de cada um parece recorrente, em grande parte, das experiências da mãe com a criança durante o período perinatal e o início do pós-natal”.

Mahler, Pine e Bergman (1993) postulam dois temas que consideram salutar no desenvolvimento infantil primitivo: adaptação e relação de objeto. Em relação à adaptação, os autores referiram que a capacidade natural e flexível que a criança tem de adaptar-se é bem maior que a da mãe, pois a mãe já possui seus padrões de caráter e de defesa estabelecidos, já a criança, possui sua personalidade flexível e sem forma definida, o que facilita uma maior adaptação da criança.

A adaptação é de grande importância para o início da infância, pois, quando a criança nasce, as exigências adaptacionais que recaem sobre ela são muitas, mas esta com sua personalidade flexível e sem forma definida consegue ajustar-se com habilidade ao ambiente em que está exposta (Mahler, Pine e Bergman, 1993). Já a relação de objeto, segundo os autores, está intimamente ligada com conceitos como narcisismo (primário e secundário), ambivalência, sadomasoquismo, caráter oral ou anal e triângulo edipiano. Nesse caso, uma passagem mal elaborada por uma dessas fases pode levar a problemas de pulsão e de relação de objeto. Os autores mostram como a relação de objeto se desenvolve a partir do narcisismo primário ou simbiótico e se modifica paralelamente à aquisição de separação e individuação e como o narcisismo secundário, pertencente ao funcionamento do ego, avança na matriz narcisista, e mais tarde objetal, com a mãe.

Consoante, Bleichmar (1993) afirma que a partir do recalçamento originário é que se constitui o aparelho psíquico. Para a autora, não podemos falar em formação do sintoma na infância, no sentido psicanalítico, antes do recalçamento originário. Assim, a

investigação dos primórdios do psíquico infantil não deve ser perdida, visto que permitirá a visualização do verdadeiro processo histórico de constituição de um sujeito psíquico, comparando-se com os movimentos estruturantes vivenciados pelo bebê que não são só anteriores ao recalçamento originário, mas que preparam sua instalação definitiva.

Da mesma forma, cada instância do emprego de um nome no psiquismo da criança se refere a uma noção constante e objetiva, apta para permanecer no imaginário ou para se atualizar em um objeto particular, e que se mantém sempre idêntica na representação que é despertada pelo objeto materno. Assim, as instâncias do emprego do eu, no bebê, não constituem uma classe de referência, já que não há objeto definível como “eu” ao qual se pudesse remeter de modo idêntico estas instâncias. Quando o “eu” tem sua referência, corresponde a um ser único, proposto como tal (Bleichmar, 1993).

De acordo com a mesma autora, é assim que se inauguram duas vertentes:

Desde a realidade puramente lingüística, o eu não é senão um lugar vazio – parte do conjunto de signos não referenciais da linguagem, sempre disponíveis, e que se tornam “plenos” quando um locutor os assume em cada instância de seu discurso - mas desde a posição de sujeito, implica uma referência subjetiva, correspondente à singularidade do sujeito que enuncia (p. 95).

Bleichmar (1993) também escreve que a criança é capaz de se apresentar usando o pronome “eu”, quando se sente um sujeito singular. Para isso, se faz necessário que esta possa iniciar um discurso do qual se sinta dona, desconhecendo as determinações que o constituem, ou seja, ter sido objeto do recalçamento e da instauração sistêmica. Além disso, se o ego se instaurou no sujeito psíquico, só pode dizer o pronome “eu” quem teme ser outra coisa do que “eu”. Assim, segundo a autora, é necessário que o vazio do pronome seja ocupado pelo sujeito imaginariamente, constituído em sua existência e em sua atribuição, para que o discurso se constitua como enunciado. A constituição do sujeito psíquico se dá a partir do momento que este consegue se discriminar em sua qualidade e em sua especificidade espaço-temporal, através de seu eu o outro (objeto), ou seja, sua função “universal de sujeito” correlativa a um ego tópico organizador da diferença entre ele e o outro, entre ele e seu próprio inconsciente (Bleichmar 1993).

Corroborando, Winnicott (1945/1978) refere que a base da saúde mental é fundamentada no início da infância pelo provimento de cuidados dispensados a criança por uma mãe suficientemente boa. Para o autor, a psique só pode ter origem dentro de um

determinado enquadre, dentro do qual a criança pode gradualmente vir a criar um meio ambiente pessoal que a capacitará, mais tarde, a se tornar independente. Esse ambiente favorável, segundo Santos (1999), vai proporcionar ao bebê um espaço em que possa desenvolver sua vida de fantasia, “um mundo secreto sentido como seu”, no qual futuramente vai se instaurar um aparelho psíquico e uma organização dos processos de pensamento. Nesse sentido, Bleichmar (1993) referiu a importância da relação com o outro na constituição do caráter do sujeito.

Winnicott (1945/1978) considera que existem três processos que iniciam muito cedo no desenvolvimento psíquico da criança. O processo de integração, que começa logo no início da vida, é propiciado por dois conjuntos de experiência: a técnica de cuidado infantil, através da qual a temperatura do bebê é mantida, ele é manipulado, banhado, embalado e nomeado, e, também, as experiências pulsionais agudas, que tendem a tornar a personalidade conectada a partir da relação que estabelece entre mundo interno e externo. De acordo com o autor, muitos bebês já se encontram a caminho da integração durante certos períodos de suas primeiras vinte quatro horas de vida. O segundo processo é denominado de personalização. Nessa fase, o bebê é capaz de sentir-se vivendo em seu próprio corpo. Aqui, novamente a experiência pulsional e as repetidas e tranquilas experiências de cuidado corporal gradualmente constroem uma personalização satisfatória. Depois destes, a apreciação do tempo e do espaço e de outras propriedades da realidade, em suma, a realização, surge como o terceiro processo no desenvolvimento emocional infantil.

Sendo assim, o bebê passa do estágio de sentir-se fundido à mãe para um estágio de separá-la do eu (self). Da mesma forma, a mãe diminui o grau de adaptação às necessidades do bebê após se recuperar de um alto grau de identificação com ele e, também, devido a percepção de que seu progênie necessita tornar-se um fenômeno separado, garantindo assim sua passagem da experiência de onipotência, que constitui o alicerce apropriado para que este, após, entre em contato com o princípio da realidade (Winnicott, 1975; 1896/1971).

De acordo com Mahler, Pine e Bergman (1993), a primeira etapa do desenvolvimento primitivo é denominada de fase Autista Normal. Nessa fase, o bebê passa a maior parte do dia num estado de semi-sonolência e semi-vigília, acorda quando sente fome ou outras tensões de necessidade; logo após ser satisfeito cai em sono novamente. Na fase autista normal, os processos fisiológicos dominam os psicológicos e o funcionamento

desse período deve ser entendido em termos fisiológicos. A partir do segundo mês, inicia-se a fase simbiótica normal, quando há uma consciência difusa do objeto que satisfaz a necessidade, na qual o bebê se comporta e funciona como se ele e sua mãe fossem “um sistema onipotente – uma unidade dual dentro de uma fronteira comum” (p.53).

Ao culminar a fase simbiótica, por volta dos cinco meses, começa-se a observar o procedimento de separação-individuação da criança. E, segundo a autora, quatro subfases caracterizam esse processo nas crianças normais: (1) a diferenciação: tem início aos cinco ou seis meses e caracteriza-se pela diminuição da dependência corporal da mãe, até então total. Esta subfase coincide com a maturação das funções parciais de locomoção, como engatinhar, trepar e levantar-se; (2) o período de exploração: começa ao redor dos dez meses e prossegue até cerca de quinze meses. Nesta subfase o bebê aumenta regularmente o desempenho de suas habilidades motoras e a exploração de seu ambiente em expansão, humano e inanimado. Isso ele executa ao começar engatinhar e rastejar; (3) a subfase de reaproximação: começa quando a criança torna-se apta a caminhar e dura dos quatorze aos vinte e dois meses mais ou menos. Aqui, à medida que vai dominando a locomoção, o bebê compreende estar autorizado e destinado a separar-se da mãe. Isso vai provocar o prazer do domínio e também à ansiedade de separação; (4) a quarta subfase é caracterizada pelo desenvolvimento de complexas funções cognitivas: comunicação verbal, fantasia e critério de realidade. Ocorre no período dos vinte ou vinte e dois meses até os trinta ou trinta e seis meses e distingui-se pela rápida diferenciação do ego e culminação do processo de individuação.

Separação e individuação, segundo Mahler, Pine e Bergman (1993) são dois desenvolvimentos complementares, “a separação consiste na saída da criança da fusão simbiótica com a mãe, e a individuação consiste nas aquisições que marcam o momento em que a criança assume suas próprias características individuais” (p. 16). Os dois processos de desenvolvimento estão entrelaçados, mas não são idênticos, cada um pode ocorrer de maneira diferente, com atraso de desenvolvimento ou precocidade em um ou em outro.

Conforme Mahler (1982), o processo de separação-individuação constitui o primeiro e decisivo pré-requisito para o desenvolvimento e manutenção do senso de identidade na criança. Ademais, cada fase do desenvolvimento contribui qualitativamente para o crescimento psicológico do indivíduo. Para Mahler, Pine e Bergman (1993):

A fase autista normal está a serviço da consolidação pós-natal do crescimento fisiológico extra-uterino, e promove a homeostase pós-natal. A fase simbiótica normal marca a importante capacidade filogenética que o ser humano possui de envolver a mãe dentro da vaga unidade dual, que forma o solo primordial onde todas as relações humanas subseqüentes vão germinar. A fase separação-individuação se caracteriza por um aumento constante da consciência do desligamento entre “self” e “outro”, que coincide com as origens do sentido do self, da verdadeira relação de objeto, e da consciência da realidade do mundo externo (p.57).

Por outro lado, Bowlby (1989) afirma que a ligação da criança com a mãe não se origina apenas de uma dependência da primeira para com a segunda, mas como resultado de um conjunto distinto e, em parte programado biologicamente, de modelos de comportamento que, num meio ambiente propício, se desenvolvem durante os primeiros meses de vida e têm por efeito manter a criança mais ou menos próxima de sua figura materna. Segundo o autor, no final do primeiro ano, esses modelos de comportamento encontram-se ciberneticamente organizados, ou seja, são ativados sempre em determinadas condições. Por exemplo, o comportamento de apego de uma criança é especialmente ativado pela dor, fadiga, medo e também por uma mãe que seja ou pareça ser inacessível.

Diferentemente do comportamento de apego, o apego da criança para com a mãe supõe uma forte disposição desta em procurar proximidade e contato com a figura materna e a fazê-lo, principalmente, em certas condições específicas. A disposição de se comportar dessa maneira é um atributo persistente da criança apegada, que se modifica vagarosamente e que não é afetado por uma situação momentânea (Bowlby, 1989).

Conforme Bowlby (1997; 2001), é essencial à saúde mental da criança a vivência de uma relação calorosa, íntima e contínua com a mãe (ou mãe substituta permanente – uma pessoa que desempenha, regular e constantemente, o papel de mãe) na qual ambos encontrem satisfação e prazer. Segundo o autor, é nessa relação, rica, complexa e compensadora com a mãe, acrescida pelas relações com o pai, irmãos e irmãs, que se encontra a base do desenvolvimento da personalidade e saúde mental.

Do ponto de vista de Bleichmar (1994), a mãe, enquanto ser desejanter, é responsável por transformar a criança em objeto pulsionado, fazendo com que ela se torne um objeto de sexualização e, conseqüentemente, um objeto sexuado. Segundo a autora: “(...) é a mediação do outro provido de sexualidade e atravessado por sua história pulsional,

edípica, singular, a que define a inscrição dos significantes de base do inconsciente (...)” (p. 72-73). É a relação estabelecida entre a díade mãe/filho que abre as vias para o trabalho psíquico de ligação entre mundo interno e externo, inaugurando as possibilidades de enriquecimento do psiquismo rudimentar.

O Rompimento das primeiras ligações

Bleichmar (1994) considera que antes da constituição do inconsciente no bebê operam signos de percepção, onde se inscrevem as primeiras experiências com o objeto (mãe) e encontra-se no que é mais arcaico do aparelho psíquico. Algumas dessas marcas mnêmicas serão retranscritas em sistemas posteriores e outras não. Sendo assim, em uma criança para quem o objeto materno se perdeu, que foi levada a uma mãe substituta, as inscrições primordiais serão simbolizadas, porém os laços metonímicos sofrerão uma fratura. Dessa forma, ocorrerão retranscrições parciais do cheiro, da textura, da voz, pois guardam restos, enquanto humanos (sexualizantes e amorosos), do primeiro objeto com o qual a criança estabeleceu relação – a mãe.

Na ótica de Bowlby (2001), a privação da mãe para a criança pode ser parcial ou total. Assim, uma criança sofre privação parcial quando, vivendo em casa, a mãe é incapaz de proporcionar-lhe os cuidados amorosos de que esta necessita, ou ainda, se a criança, por qualquer motivo, é afastada de sua mãe e passa a ser cuidada por outra pessoa. Nesse caso, se a criança passar a ser cuidada por alguém que ela já conhece e aprendeu a confiar, a privação será relativamente suave, mas pode ser acentuada se a mãe substituta em questão, embora amorosa, for uma pessoa estranha. Contudo, essas situações ainda representam à criança alguma satisfação. A privação total, por sua vez, ocorre quando a criança, ao ser afastada de sua mãe, não dispõe de uma pessoa que cuide dela de forma pessoal e com quem ela possa sentir-se segura, situação bastante comum nas instituições de abrigo.

Para o mesmo autor, os efeitos nocivos da privação variam de acordo com seu grau. A privação parcial traz consigo a angústia, uma exagerada necessidade de amor, fortes sentimentos de vingança e, em consequência, culpa e depressão. Como a criança pequena não consegue, pela sua imaturidade mental e corporal, lidar bem com todas essas emoções e impulsos, a forma como ela reage a essas perturbações no seu psiquismo poderá resultar em distúrbios nervosos e numa personalidade estável. A privação total tem efeitos de alcance

ainda maior sobre o desenvolvimento da personalidade e pode mutilar totalmente a capacidade de estabelecer relações com outras pessoas.

Da mesma forma, Bowlby (1997) sugeriu que muitos distúrbios psiquiátricos manifestam-se sempre na deterioração da capacidade de estabelecer ou manter vínculos afetivos, embora, é claro, o rompimento dos vínculos que ligam a criança a seus pais não seja a única adversidade que o meio ambiente pode apresentar. O mesmo autor referiu, ainda, que as causas possíveis de distúrbio psiquiátrico na infância se devem à ausência de oportunidade para estabelecer vínculos afetivos, ou então, às prolongadas e, talvez repetidas, rupturas de vínculos que foram estabelecidos.

Uma pesquisa citada por Bowlby (1997) concluiu que duas síndromes psiquiátricas e duas espécies de sintomas associados são precedidos por uma elevada incidência de vínculos afetivos desfeitos durante a infância. As síndromes são a personalidade psicopática e a depressão. A pesquisa mostrou, ainda, que na infância de tais pessoas houve situações tais como: morte, divórcio ou separação dos pais, ou outro evento que resultasse na ruptura de vínculos afetivos. A incidência de tais transtornos psiquiátricos é muito mais elevada nesses indivíduos do que qualquer outro grupo comparativo, quer seja de pessoas da população em geral, quer seja de pessoas que apresentem quadros psiquiátricos de outras espécies.

Conforme Winnicott (1956/1978), quando existe uma incapacidade materna de se adaptar à fase inicial do bebê, o que se produz é uma aniquilação do self deste. Pois o bebê, nesse estágio, sente seus fracassos não como provenientes do fracasso materno, mas como ameaças à existência pessoal do self. Assim, os fracassos da mãe produzem no bebê fases de reação à invasão e estas reações interrompem sua continuidade existencial. Por conseguinte, um reagir excessivo não produz frustração, mas, sim, uma ameaça de aniquilação.

Outra questão apontada por Winnicott (1986/1971) diz respeito ao cuidado pré-verbal. Segundo o autor, atos de confiabilidade humana estabelecem uma comunicação muito antes que o discurso adquira significado para a criança – o modo como a mãe fala quando se dirige para ela, o tom e o som de sua voz, tudo isto é comunicado muito antes que se compreenda o discurso. Para o autor, a criança que não experimentou o cuidado pré-verbal referido acima, como acontece em muitos casos de abandono, é uma criança carente.

Dessa forma, o que deve ser proporcionado a elas é o amor, através do “segurar” e do manejar, ou seja, a confiabilidade humana.

Novas Ligações – Outras Inscrições

A tarefa de se proporcionar amor, quando a criança é mais velha, como nos casos de adoções, se torna mais complexa. A dificuldade provém da necessidade da criança de testar e de ver se esse amor, esse “segurar” e esse manejo pré-verbal resistem à destrutividade ligada ao amor primitivo. Quando a criança é capaz de sublimar essa destrutividade através de atividades como comer, chutar, brincar, competir, entre outros, é possível superar as dificuldades com mais facilidade. Contudo, a criança carrega consigo uma idéia de destruição (Winnicott, 1986/1971). O autor esclarece: “(...) Mas antes de tudo existe a destruição, e se você começa a amar uma criança que não foi amada, no sentido pré-verbal, pode ser que você se veja em apuros. De repente, você é roubado, as janelas são quebradas, o gato é torturado, entre outras coisas terríveis. E você sobrevive a tudo isso. Você vai ser amado por ter sobrevivido” (p. 115).

Corroborando, Bleichmar (1994) menciona que o obstáculo, nos casos de adoções, surge da permanência e a fixação do arcaico não recapturado no inconsciente originário, impedindo a ressimbolização de certo histórico vivencial não transcrito. Sendo assim, essas primeiras experiências serão de difícil recaptura, ficando abertas a possibilidades potenciais ou ao fracasso de sua metaforização. Assim, a implicação do abandono para a criança dependerá da forma como serão ativadas, investidas ou desinvestidas essas múltiplas inscrições do objeto materno. Não é a fundamental disparidade dessas marcas em relação ao ego ou ao pré-consciente o que será o produtor de patologia ou saúde, mas sua capacidade de serem desinvestidas ou reinvestidas.

Outrossim, os enigmas que circundam as primeiras vivências – a partir da impossibilidade da linguagem parental de significar tudo, em especial o enigma do nascimento – adquirem uma configuração peculiar nos casos de adoções. Em situações extremas, quando os pais adotivos ou cuidadores de crianças esforçam-se para sobre-recalcar a verdade das origens, isso opera como uma amarração, no qual um conjunto de constelações psíquicas encontram seu desenlace patológico. Nesses casos, além da

impossibilidade de ocultar a verdade histórica da criança, outros enigmas ficam encerrados e impossibilitados de circular no intercâmbio discursivo (Bleichmar, 1994).

Do ponto de vista de Bowlby (2001), uma criança não deve ser cuidada apenas por uma figura materna principal, tampouco apenas pela mãe verdadeira, o que o autor denomina de “a tão famosa teoria do laço sanguíneo” (p. 118). Contudo, o autor enfatiza a importância que constitui para a saúde mental de um bebê que ele seja adotado logo após o nascimento, pois segundo ele, não há outros meios de possibilitar a continuidade dos cuidados maternos à criança, e quase todos os outros meios são falhos, até mesmo para garantir que a criança receba algum cuidado. Além disso, a adoção logo após o nascimento é igualmente interessante para os pais adotivos, visto que diminui o risco destes aceitarem uma criança cujas primeiras experiências provocaram distúrbios de personalidade irreversíveis, as quais eles nada podem fazer para corrigir. Ademais, quanto mais nova for a criança, mais a sentirão como sendo deles e mais fácil lhes será a identificação com sua personalidade. Desta maneira, existirão melhores condições para o desenvolvimento de relações favoráveis.

Bleichmar (1994) destaca um tema que considera salutar nos casos de adoções: a pergunta a respeito das origens. Do ponto de vista da autora, esse questionamento tem um caráter estruturante na medida em que possibilita ao sujeito a se contrapor aos embates do inconsciente, geradores de angústia. Por outro lado, deixar-se invadir pela perda total da certeza pode levar ao esvaziamento psíquico. Sendo assim, sua resolução deve responder à simbolização possível que a criança demanda no momento de sua formulação. Também não pode partir da necessidade do outro de comunicá-la, mas da tolerância da própria criança para recebê-la, ou seja, de suas possibilidades psíquicas de metabolizá-la. A autora salienta:

Por que esta verdade é sempre uma verdade do sujeito, e não pode ser nunca proposta com extrínseca a suas próprias buscas e simbolizações. E isso porque a verdade que interessa ao sujeito não é senão uma recaptura simbolizante dos enigmas que inscrevem os acontecimentos libidinais, quer dizer, atravessados pelo outro humano, e só vem a ser realidade se é passível de ser metabolizada em uma subjetividade cujo futuro ficará estendido a novas modalidades de ligação da pulsão de morte e da angústia concomitante a ela (p. 83).

A mesma autora destaca que não falar para uma criança adotada sobre seu passado produz nesta um vazio não representável, visto que a criança não é capaz de fazer

associações sobre o que ocorre. Assim, de acordo com a autora, é preciso construir uma ponte, já que as vias estão rompidas, através da narração da verdade histórico-vivencial da criança. Se isso não ocorrer, produzir-se-á uma fratura na simbolização. Contudo, a posição não representável do objeto originário (mãe) pode levar a criança a um exercício masoquista compulsivo, visto que todo ataque é tido como agressão, toda ausência é ataque ao nível do inconsciente. Assim, a criança pode voltar-se em direção a si mesma, masoquisticamente, numa perspectiva de identificar-se com o agressor (cuidador que a abandonou) e dessa forma, necessitar ser punida. Além disso, os sentimentos que permeiam essa vivência incluem, segundo Bleichmar (1994), além do vazio, “um sentimento de desajuda, des-ser, desamparo ante o abandono, sofrido nestes primeiros tempos” (p. 76). Essas situações podem ter implicações futuras inquietantes. Contudo, através de novas vivências parentais e/ou do processo analítico faz-se possível reendereçar uma localização mal estruturada através de ressignificações. Ademais, haverá marcas possíveis de serem ressignificadas, mas também marcas que terão sua retranscrição impossibilitada.

Consoante, Bowlby (2001) refere que além de aceitar a verdade da criança, os pais adotivos devem aceitar sua própria realidade, não se agarrando, por razões pessoais, à fantasia de que geraram aquela criança. E em alguns casos, a adoção pode significar também, para o casal, a aceitação definitiva do fato doloroso de que nunca poderão ter seu próprio filho. De acordo com o autor, estas emoções, que em geral são difíceis e conflitantes, quando não elaboradas, podem vir a influir negativamente sobre os sentimentos dos pais em relação ao bebê.

Bleichmar (1994) também refere que a filiação não é simples nos casos de adoção não apenas pela questão da criança saber se é filho biológico ou adotivo. Outro ponto importante diz respeito à mãe, pois a filiação abra-se na criança em referência ao desejo do outro, oscilando entre as funções do ego ideal e as do ideal do ego. Nesse caso, a dificuldade encontra-se no narcisismo primário, no valor libidinal do próprio ser, que é afetado pelo abandono materno. Assim sendo, um enigma de valor estruturante: “o que quer de mim”, torna-se em alguns casos, “o que não quis de mim”. A busca de uma resposta sem solução marca a presença antecipada da negatividade como constitutiva, precipitando-se, em muitos casos, sob modos de um furor destrutivo que retorna sobre a própria criança ante a impossibilidade de representar o progenitor.

Com relação à castração, pode ocorrer que a mãe biológica converta-se no espaço sem limites do desejo, ou seja, todas as rivalidades quotidianas, todos os ódios, todos os conflitos de ambivalência existentes na criação de qualquer criança encontram uma reparação mitificante na fantasia de “com minha mãe não me ocorreria”. Nesse sentido, todas as tensões inerentes à dialética particular amor-ódio, existente em toda relação mãe e filhos, ficam solidificadas no retorno impossível a um vínculo mítico em um espaço ideal (Bleichmar, 1994).

Quanto ao pai, a questão também é bastante complexa. Enquanto todo homem, mediante o filho, devolve à mulher o falo do qual castrou sua própria mãe, o pai adotivo vê-se diante do dilema de dar à sua mulher o dom da criança, mas realizando tal operação, neste caso, sobre o prisma de uma castração exercida, fantasmaticamente, sobre outra mulher. (Bleichmar, 1994).

Segundo Bowlby (2001), os reais motivos que estão por trás do desejo dos pais de adotar um bebê, em geral, não são o que aparentam, e sua natureza pode ser, em grande parte, ignorada pelo próprio casal. Além disso, o tipo de exigência que eles fazem, tais como cor, idade, sexo da criança, agarrando-se a tais exigências mesmo quando lhes é mostrado que elas são irracionais, por vezes, denotam atitudes rígidas de pessoas que fazem-no por motivos relacionados a seus próprios conflitos emocionais, originados em sua infância. Essas solicitações inflexíveis e egoístas contrastam com a dos pais adotivos que conseguem aceitar uma variedade razoável de crianças. Além disso, o autor acrescenta: “é necessário que os pais estejam preparados para aceitar uma criança, quer ela possa, quer não possa atender às suas expectativas e desejos” (p. 124).

Considerações finais

A partir do levantamento dos referenciais bibliográficos psicanalíticos acerca da adoção, entendemos que as primeiras inscrições deixadas na criança através da relação estabelecida com a figura materna deixarão marcas no seu psiquismo, as quais influenciarão na estruturação da sua personalidade, sinais que, de acordo com as primeiras vivências, poderão denotar em atitudes e comportamentos positivos e/ou negativos. Além

disso, as vivências posteriores, estabelecidas na relação com os pais adotivos, possibilitarão o agravamento, a manutenção e/ou a re-significação dessas primeiras vivências, de acordo com o tipo de vinculação que será estabelecido entre criança e pais adotivos.

Os pais adotivos, assim como os pais biológicos, devem ser capazes de exercer uma apropriação real sobre o filho, haja visto que assumem “adotar” esta criança no sentido mais amplo do termo, ou seja, aceitam-na para lhe oferecer todos os cuidados e assumem o papel de pais e provedores. Como bem define Levinzon (2004), “toda filiação é, antes de tudo, uma adoção” (p. 25). Assim, a titulação de genitores não garante aos pais a qualificação para constituírem uma verdadeira parentalidade, mas sim quando adotam efetivamente a criança que lhes é incumbida, seja através da gestação ou da adoção, sendo que a segunda também se traduz por uma gestação psicológica.

Contudo, a adoção implica algumas peculiaridades que devem ser levadas em conta inicialmente e durante o processo de desenvolvimento da criança. Dessa forma, os pais devem buscar conhecer seus desejos internos de exercer uma função parental identificando suas reais possibilidades de se doarem efetivamente a uma criança que possui uma história pré-adotiva e que agora necessita ser cuidada e amada por uma nova família, a qual progressivamente assumirá os papéis e registros dos primeiros cuidadores, tornando-se a provedora de novas significações e re-significações no psiquismo infantil.

De acordo com Bowlby (2001), o processo de adoção envolve três tipos de pessoas: a mãe, o bebê e os possíveis pais adotivos. E com cada um deles há um trabalho específico a ser feito. Primeiramente, a mãe precisa ser auxiliada para ser capaz de chegar a uma decisão segura; isso requer habilidade do mediador para estabelecer uma relação de confiança com ela, para compreendê-la e ajudá-la. Após, é necessária uma avaliação do desenvolvimento provável do bebê por profissionais capacitados. Finalmente, é preciso saber antecipar o modo como um casal irá cuidar da criança, e ajudá-los durante o período inicial de adaptação.

Da mesma forma, é necessário que os pais adéquem o contexto ambiental no qual a criança será inserida, através do diálogo com familiares, amigos e pessoas próximas e também aceitem eles mesmos a condição da criança que adotaram ou adotarão. Caso contrário, possivelmente surgirão os segredos e silêncios em torno da filiação, favorecendo possíveis desenlaces psicopatológicos. Ainda que, segundo Bleichmar (1994), os segredos,

quando são mantidos por razões da ordem do amor, ante ao temor de enfrentar o sofrimento psíquico, os motivos que o determinam são recuperáveis e a intervenção terapêutica terá possibilidades de transformação.

Consoante, Winnicott (1949/1978; 1986/1971) destaca o papel do ambiente no qual a criança se desenvolve. No olhar do autor, é necessário reconhecer e avaliar o tipo de ambiente que pertence à experiência de nascimento da criança; e, da mesma forma, observar a capacidade que a mãe tem em inclinar-se ao bebê recém-nascido, a capacidade do pai de, juntamente com a mãe, adaptar-se às necessidades do bebê, à capacidade dos pais de dividirem as responsabilidades à medida que o bebê cresce, e, também, à capacidade da situação social de permitir que a dedicação materna e a cooperação parental desempenhem seus papéis, continuando estas funções e estendendo-as. Assim, eventualmente, permitindo que o sujeito desempenhe seu papel na criação e manutenção da situação social.

Ademais, o ambiente em que a criança cresce, além de ser responsável pela provisão de suas necessidades físicas, também tem como função possibilitá-la o segurar; o manejar e a apresentação de objetos. Outro papel importante exercido pelo meio diz respeito à facilitação das tendências individuais herdadas, de tal forma que o desenvolvimento ocorra de acordo com elas, ou seja, ainda que parte das características dos sujeitos seja transmitida geneticamente, o desenvolvimento, especialmente no início, depende de um suprimento ambiental satisfatório (Winnicott, 1975; 1963/1983).

Cabe ressaltar, no entanto, que toda criança carrega consigo um potencial para o desenvolvimento. Conforme Winnicott (1978), mesmo que o ambiente fracasse no cuidado com a criança, esta é capaz de gradualmente tolerar as dificuldades, ou seja, se o ambiente não for favorável à criança, esta pode utilizar seus mecanismos cognitivos, tal como o fantasiar, para transformar uma adaptação não suficientemente boa em uma adaptação suficientemente boa. Freud (1969), quando falou sobre o bebê, referiu que através do jogo e da fantasia, este encontra um meio de transformar uma experiência desagradável em uma atividade prazerosa.

Por fim, os resultados encontrados a partir da revisão bibliográfica realizada reiteram a importância do trabalho específico voltado para os pais que pretendem adotar ou já adotaram uma criança. Os grupos de apoio à adoção, oferecidos junto às universidades ou através de programas sociais governamentais, possibilitam um espaço para os pais

falarem sobre suas expectativas e sentimentos, facilitam a troca de experiências e conhecimentos e favorecem o processo de adaptação da criança à família e da família a criança adotiva e, também, as palestras e encontros desmitificam a adoção e corroboram para a construção de um novo paradigma, de legitimação desta configuração familiar.

Referências Bibliográficas

BLEICHMAR, S. **Nas origens do sujeito psíquico: do mito à história**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

BLEICHMAR, S. **A fundação do inconsciente: desejos de pulsão, desejos do sujeito**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1994.

BOWLBY, J. **Uma base segura: aplicações clínicas da teoria do apego**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

BOWLBY, J. **Formação e rompimento dos laços afetivos**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BOWLBY, J. **Cuidados maternos e saúde mental**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FREUD, S. (1920). Além do Princípio do Prazer. In:_____. **Edição Standard das Obras Completas de Sigmund Freud**, vol. 18. Rio de Janeiro: Imago, 1969. P. 11-85

LEVINZON, J. K. Adoção. In:_____. **Coleção Clínica Psicanalítica**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004. P 11-85.

MAHLER, M. **O processo de separação-individuação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1982.

MAHLER, M.; PINE, F.; BERGMAN, A. **O nascimento psicológico da criança: simbiose e individuação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

SANTOS, M. A. A constituição do mundo psíquico na concepção Winnicottiana: uma contribuição à clínica das psicoses. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 12(3), [citado 2007-01-23]. Disponível em: <<http://www.scielo.br>, 1999.

WINNICOTT, D. W. **Os bebês e suas mães**. São Paulo: Martins Fontes, 1896/1971.

WINNICOTT, D. W. (1963). In:_____. **O ambiente e os processos de maturação: Estudos sobre a teoria de desenvolvimento emocional**. Porto Alegre: Artes Médicas 1983, P. 207-217.

WINNICOTT, D. W. **Tudo começa em casa**. São Paulo: Martins Fontes, 1986/1971.

WINNICOTT, D. W. **O brincar & a realidade**. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

WINNICOTT, D. W. (1945). Desenvolvimento emocional primitivo. In:_____. **Textos selecionados: Da pediatria à psicanálise**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978. P. 269-285.

WINNICOTT, D. W. (1949). Recordações do nascimento, trauma do nascimento e ansiedade. In:_____. **Textos selecionados: Da pediatria à psicanálise**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978. P. 313-339.

WINNICOTT, D. W. (1956). Preocupação materna primária. In:_____. **Textos selecionados: Da pediatria à psicanálise**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978. P. 491-498.

ZIMERMAN, D. E. **Vocabulário de Psicanálise**. Porto Alegre. Artes Médicas, 2001.